



As propostas de superação colonial de Guerreiro Ramos e Frantz Fanon

Pesquisador Responsável: José Victor Alves da Silva

Orientador Responsável: André Kaysel Velasco e Cruz

A partir de uma análise comparada das propostas de superação da situação colonial, elaboradas pelo sociólogo e político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e pelo psiquiatra e filósofo martinicano-argelino Frantz Omar Fanon, meu principal objetivo com esta pesquisa é revelar novos elementos para a compreensão das suas teorias. Como hipótese inicial, busquei demonstrar que as suas respectivas teorias refletem semelhanças mas principalmente diferenças no pensamento e no contexto desses dois autores. A partir dos seus respectivos contextos no Brasil e na Argélia, analiso como estes intelectuais e militantes negros conceberam a situação colonial dos países do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX, especificamente entre as décadas de 50 e 60.

Desde a minha primeira iniciação científica – financiada pelo PIBIC (2018/2019) –, esta mais detida nas noções de alienação e situação colonial, compreendo as suas propostas políticas a partir da apropriação crítica que esses autores fizeram das metodologias de análise desenvolvidas por Balandier e Sartre; do *Discurso sobre o colonialismo* de Aimé Césaire; da interpretação crítica da filosofia hegeliana proposta pelos exegetas franceses da década de 1940; da abordagem marxista da crítica materialista da economia política; e da perspectiva

fenomenológica do existencialismo sartriano e beauvoiriano. A partir disso, as suas teorias são investigadas à luz do contexto histórico, político e intelectual.

Dentro desse horizonte intelectual compartilhado por ambos, realizei um estudo comparado dos livros *O problema nacional do Brasil* (1960) de Guerreiro Ramos e *Os condenados da Terra* (1961) de Frantz Fanon. Nessa segunda iniciação, como continuidade da primeira, os livros-base da pesquisa são *A crise do poder no Brasil* (1961) de Guerreiro e *Em defesa da revolução africana* (1964) de Fanon, agora mais focada nos temas da revolução e da participação política do povo no processo revolucionário.

Entre as teorias disponíveis em sua época, eles escolheram os mesmos referenciais considerados pertinentes à formulação de uma teoria da descolonização. Assim, concebiam seus respectivos países e continentes em condições similares, envolvidos por um sistema de dominação colonial e étnico-racial amplo, complexo e interligado por diversos aspectos estruturais (cultural, histórico, econômico, racial, político, jurídico-administrativo, social, psicológico), cuja abordagem globalizante é fundamental para sua superação. Ademais, a partir das teorias da alienação de Hegel e Marx, discutiram a alienação colonial dos povos periféricos e enfatizaram a conscientização e o engajamento político como partes do processo de desalienação do mundo colonial.

De todo modo, as soluções propostas por Guerreiro e Fanon divergem em pontos cruciais, considerando que as diferenças entre os contextos brasileiro e argelino influem diretamente nas suas preocupações e ênfases políticas. Entre os anos de 1950 e 1960, o Brasil era há mais de um século um Estado independente, em processo de desenvolvimento industrial, enquanto a Argélia era uma colônia francesa, em processo de luta por sua libertação nacional. Nesse sentido, as formulações teóricas de Guerreiro visavam tanto a atuação do Estado quanto a participação popular como meios de superação da situação

(neo)colonial brasileira. Já no contexto argelino, a perspectiva de Fanon estava orientada principalmente para a luta anticolonial em curso no continente africano.

As propostas de Guerreiro estavam vinculadas à situação econômica do Brasil na época, em processo de desenvolvimento capitalista desde 1930. Com isso, além da conscientização e participação política, ele também apostava em um programa de desenvolvimento nacional por meio da substituição de importações e expansão do mercado interno. Assim, com sua convicção na participação popular em um aparelho estatal democrático, Guerreiro enfatizava a industrialização do mercado nacional e a nacionalização ideológica da programação econômica como meios de emancipação do colonialismo.

Por outro lado, Fanon estava em contato com a realidade de países formalmente colonizados. O continente africano estava lutando contra a ocupação colonialista de seu território, em que as marcas da violência dos colonizadores estavam presentes ainda mais aberta e diretamente. Por isso, um meio indispensável à supressão do colonialismo seria pelo uso da força, isto é, a contraviolência anticolonial. Ainda, Fanon também reivindicava que o movimento anticolonial deveria ser estrategicamente organizado pelo povo colonizado. De tal forma, além do uso da força via luta armada, defendia a auto-organização dos movimentos populares como caminho de libertação.

Ao contrário de Guerreiro, Fanon se revelou cético em relação à possibilidade de um desenvolvimento capitalista independente e ao papel “progressista” que a burguesia supostamente poderia exercer no processo de construção da nação. Conforme afirmava,

“Depois da independência essa burguesia subdesenvolvida, numericamente reduzida, sem capitais, que recusa a rota revolucionária, vai lamentavelmente estagnar-se. [...]

Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. Haverá certamente uma ditadura policial, uma casta de aproveitadores, mas a elaboração de uma sociedade burguesa revela-se fadada ao malogro” (Fanon, 1968, p.125, 143).

Além disso, embora ambos concordem que seja sobretudo o povo a conduzir a sua emancipação, eles divergem em relação ao protagonismo no interior do conjunto do povo. Para Guerreiro, os “trabalhadores do campo” seriam o “contrapeso das lutas trabalhistas urbanas”, que, pela falta de “consciência de direitos civis”, contribuem para a manutenção do poder das “secções capitalistas mais antigas” (Ramos, 1960, p.237-238).

Contudo, Fanon não apostava no proletariado urbano e industrial, tanto por serem numericamente inexpressivos e socialmente privilegiados nas colônias africanas, quanto por seu frequente comprometimento com a ordem colonialista (Fanon, 1968, p.44-46, 90-91). Para ele, junto com o lumpemproletariado, que “amontoam-se nas favelas” formando a “ponta de lança urbana” da insurreição, o campesinato representaria “as únicas forças espontaneamente revolucionárias do país”, por ser o que “mais depressa descobre que só a violência compensa” e por permanecer disciplinado a uma estrutura social “comunitária” (ibidem, p.46, 93, 101, 106).

Então, se pode contrapor que, por um lado, sob uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista, Guerreiro propôs o povo como principal sujeito da transformação social com protagonismo do proletariado urbano, atuando indiretamente através da sua vanguarda (composta por trabalhadores de diferentes categorias e sujeitos de diferentes posições e classes sociais) na elaboração ideológica e na execução prática de um programa de desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, sob uma perspectiva eminentemente terceiro-mundista e anticapitalista, Fanon propôs o povo colonizado como principal agente revolucionário com protagonismo das massas camponesas e faveladas, atuando diretamente na organização de movimentos anticoloniais e na construção de nações independentes.

Portanto, considerando essas duas trajetórias e cenários próprios de cada um dos autores, discuto com essa pesquisa como a relação entre as diferenças nos seus respectivos

contextos e em suas formas de atuação se associam com os contrastes entre as suas teorias. Dessa forma, as suas inclinações por fontes em comum, “quando somadas a situações nacionais e projetos pessoais diversos”, os induziram a propostas distintas (Guimarães, 2008, p.103). Enquanto Guerreiro apostou em um programa de desenvolvimento socioeconômico baseado em posições nacionalistas de viés popular, Fanon se aproximou de doutrinas revolucionárias que pregavam a contraviolência como modo de transformação social.

Assim, esses estudos devem contribuir para um melhor entendimento a respeito da oposição existente entre as ideias destes dois pensadores políticos do Terceiro Mundo, à luz das diferenças entre os contextos do Brasil e da Argélia entre meados da década de 50 e inícios da década de 60. Uma pesquisa focada na comparação entre as teorias fanoniana e guerreiriana, que exigiu uma confrontação entre estudos paralelos desses dois autores, traz novas contribuições para compreensão das suas propostas políticas, bem como para os estudos sobre colonialismo e neocolonialismo no Brasil.

Bibliografia:

- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUERREIRO RAMOS, A. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Saga, 1960.
- GUIMARÃES, A. S. A. **A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra**. CEBRAP: Novos Estudos, p. 99-114, jul, 2008.